

NECTA GÁS NATURAL S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2024

NECTA GÁS NATURAL S.A.

Demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstração do valor adicionado Informação suplementar

Notas explicativas da Diretoria sobre as demonstrações financeiras

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Diretores, Conselheiros e Administradores da  
Necta Gás Natural S.A.  
Araraquara - SP

### Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Necta Gás Natural S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Necta Gás Natural S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado – Informação suplementar

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela diretoria e governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Ribeirão Preto, 18 de fevereiro de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 SP 013846/O-1



Lincoln Augusto Inácio  
Contador CRC 1 SP 304008/O

|              |                                                                   |           |
|--------------|-------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1.</b>    | <b>Contexto operacional.....</b>                                  | <b>16</b> |
| <b>2.</b>    | <b>Declaração de conformidade .....</b>                           | <b>17</b> |
| <b>3.</b>    | <b>Políticas contábeis .....</b>                                  | <b>17</b> |
| <b>3.1.</b>  | <b>Reclassificação na demonstração de resultado .....</b>         | <b>18</b> |
| <b>4.</b>    | <b>Normas contábeis.....</b>                                      | <b>19</b> |
| <b>4.1.</b>  | <b>Normas contábeis recentemente adotadas pela Companhia.....</b> | <b>19</b> |
| <b>4.2.</b>  | <b>Novas normas e interpretações ainda não efetivas .....</b>     | <b>20</b> |
| <b>5.</b>    | <b>Ativo e Passivos Financeiros.....</b>                          | <b>21</b> |
| <b>6.</b>    | <b>Mensuração de valor justo reconhecidas.....</b>                | <b>22</b> |
| <b>7.</b>    | <b>Gestão de risco financeiro.....</b>                            | <b>23</b> |
| <b>8.</b>    | <b>Caixa e equivalentes de caixa.....</b>                         | <b>25</b> |
| <b>9.</b>    | <b>Contas a receber de clientes.....</b>                          | <b>26</b> |
| <b>10.</b>   | <b>Partes relacionadas.....</b>                                   | <b>27</b> |
| <b>11.</b>   | <b>Outros tributos a recuperar .....</b>                          | <b>28</b> |
| <b>12.</b>   | <b>Ativo e passivo financeiro setorial.....</b>                   | <b>29</b> |
| <b>13.</b>   | <b>Gás pago e não retirado .....</b>                              | <b>31</b> |
| <b>14.</b>   | <b>Adiantamento a fornecedores.....</b>                           | <b>31</b> |
| <b>15.</b>   | <b>Imobilizado.....</b>                                           | <b>32</b> |
| <b>16.</b>   | <b>Intangível.....</b>                                            | <b>33</b> |
| <b>17.</b>   | <b>Outros ativos financeiros.....</b>                             | <b>35</b> |
| <b>18.</b>   | <b>Ativo de contrato .....</b>                                    | <b>36</b> |
| <b>19.</b>   | <b>Direito de uso .....</b>                                       | <b>36</b> |
| <b>20.</b>   | <b>Redução ao valor recuperável .....</b>                         | <b>37</b> |
| <b>21.</b>   | <b>Debêntures.....</b>                                            | <b>38</b> |
| <b>22.</b>   | <b>Passivo de arrendamento .....</b>                              | <b>39</b> |
| <b>23.</b>   | <b>Fornecedores .....</b>                                         | <b>40</b> |
| <b>24.</b>   | <b>Imposto de renda e contribuição social.....</b>                | <b>40</b> |
| <b>24.1.</b> | <b>Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente .....</b>      | <b>41</b> |
| <b>24.2.</b> | <b>Ativos e passivos de imposto de renda diferido: .....</b>      | <b>42</b> |
| <b>25.</b>   | <b>Provisão para demandas e depósitos judiciais.....</b>          | <b>45</b> |
| <b>26.</b>   | <b>Patrimônio líquido .....</b>                                   | <b>47</b> |
| <b>27.</b>   | <b>Receita operacional líquida.....</b>                           | <b>49</b> |



Sumário

28. Custos e despesas por natureza..... 50

29. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas ..... 50

30. Resultado financeiro líquido ..... 50

31. Eventos subsequentes ..... 51

## Balanço patrimonial

(Em milhares de Reais)

|                                                    | Nota | 31/12/2024     | 31/12/2023     |
|----------------------------------------------------|------|----------------|----------------|
| <b>Ativos</b>                                      |      |                |                |
| Caixa e equivalentes de caixa                      | 8    | 85.707         | 83.294         |
| Contas a receber de clientes                       | 9    | 75.701         | 111.537        |
| Estoques                                           |      | 3.760          | 4.125          |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 24   | 3.191          | 11.410         |
| Outros impostos a recuperar                        | 11   | 3.788          | 2.991          |
| Recebíveis de partes relacionadas                  | 10   | 3.063          | 2.520          |
| Ativos financeiros setoriais                       | 12   | 17.122         | 18.662         |
| Gás pago e não retirado                            | 13   | 17.679         | 16.945         |
| Adiantamento a fornecedores                        | 14   | 458            | 18.717         |
| Outros ativos                                      |      | 10.619         | 346            |
| Despesas antecipadas                               |      | 6.306          | 7.332          |
| <b>Ativo circulante</b>                            |      | <b>227.394</b> | <b>277.879</b> |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos   | 24.2 | 42.221         | 40.736         |
| Outros tributos a recuperar                        | 11   | 63.299         | 56.846         |
| Depósitos judiciais                                | 25   | 404            | 265            |
| Outros ativos                                      |      | -              | 5              |
| Outros ativos financeiros                          | 17   | 3.820          | 2.423          |
| Direito de uso                                     | 19   | 6.128          | 4.590          |
| Ativos de contrato                                 | 18   | 66.040         | 84.556         |
| Imobilizado                                        | 15   | 5.899          | 5.775          |
| Intangível                                         | 16   | 383.543        | 350.425        |
| <b>Ativo não circulante</b>                        |      | <b>571.354</b> | <b>545.621</b> |
| <b>Total do ativo</b>                              |      | <b>798.748</b> | <b>823.500</b> |

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## Balanço patrimonial

(Em milhares de Reais)

|                                                    | Nota | 31/12/2024     | 31/12/2023     |
|----------------------------------------------------|------|----------------|----------------|
| <b>Passivos</b>                                    |      |                |                |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures           | 21   | 3.669          | -              |
| Passivos de arrendamentos                          | 22   | 1.928          | 1.033          |
| Fornecedores                                       | 23   | 51.288         | 61.330         |
| Ordenados e salários a pagar                       |      | 5.007          | 5.341          |
| Imposto de renda e contribuição social correntes   |      | 4.744          | 5.122          |
| Outros tributos a pagar                            |      | 16.240         | 15.296         |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar | 26   | -              | 78.582         |
| Pagáveis a partes relacionadas                     | 10   | 1.124          | 2.986          |
| Adiantamento de clientes                           |      | 112            | 130            |
| Outras contas a pagar                              |      | 7.687          | 12.785         |
| <b>Passivo circulante</b>                          |      | <b>91.799</b>  | <b>182.605</b> |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures           | 21   | 69.815         | -              |
| Passivos de arrendamentos                          | 22   | 4.184          | 4.125          |
| Provisão para demandas judiciais                   | 25   | 1.887          | 88             |
| Passivos financeiros setoriais                     | 12   | 88.810         | 73.055         |
| <b>Passivo não circulante</b>                      |      | <b>164.696</b> | <b>77.268</b>  |
| <b>Total do passivo</b>                            |      | <b>256.495</b> | <b>259.873</b> |
| <b>Patrimônio líquido</b>                          | 25   |                |                |
| Capital social                                     |      | 462.481        | 462.481        |
| Reserva de lucros                                  |      | 79.772         | 101.146        |
| <b>Total do patrimônio líquido</b>                 |      | <b>542.253</b> | <b>563.627</b> |
| <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>       |      | <b>798.748</b> | <b>823.500</b> |

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## Demonstração dos resultados

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

|                                                                  |      | (Reapresentado) |                 |
|------------------------------------------------------------------|------|-----------------|-----------------|
|                                                                  | Nota | 31/12/2024      | 31/12/2023      |
| Receita operacional líquida                                      | 27   | 833.300         | 992.037         |
| Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados            | 28   | (666.065)       | (819.221)       |
| <b>Resultado bruto</b>                                           |      | <b>167.235</b>  | <b>172.815</b>  |
| Despesas de vendas                                               | 28   | (16.192)        | (17.900)        |
| Despesas gerais e administrativas                                | 28   | (44.460)        | (38.469)        |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas                | 29   | 10.102          | 10.548          |
| <b>Resultado operacional</b>                                     |      | <b>116.685</b>  | <b>126.994</b>  |
| Despesas financeiras                                             |      | (10.143)        | (1.522)         |
| Receitas financeiras                                             |      | 11.797          | 17.036          |
| Variações monetárias e cambiais, líquidas                        |      | 203             | (2.707)         |
| <b>Resultado financeiro líquido</b>                              | 30   | <b>1.857</b>    | <b>12.807</b>   |
| <b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b> |      | <b>118.542</b>  | <b>139.801</b>  |
| <b>Imposto de renda e contribuição social</b>                    |      |                 |                 |
| Corrente                                                         |      | (42.025)        | (31.332)        |
| Diferido                                                         |      | 1.485           | (2.548)         |
|                                                                  |      | <b>(40.540)</b> | <b>(33.880)</b> |
| <b>Resultado líquido do exercício</b>                            |      | <b>78.002</b>   | <b>105.921</b>  |
| <b>Resultado líquido do exercício atribuído aos:</b>             |      |                 |                 |
| Acionistas controladores                                         |      | 78.002          | 105.921         |
|                                                                  |      | <b>78.002</b>   | <b>105.921</b>  |
|                                                                  |      |                 |                 |
| Resultado básico por ação - em Reais                             |      | 0,16866         | 0,22903         |

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras



## Demonstração do resultado abrangente

(Em milhares de Reais)

|                                          | <u>31/12/2024</u> | <u>31/12/2023</u> |
|------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido do exercício               | 78.002            | 105.921           |
| <b>Resultado abrangente do exercício</b> | <b>78.002</b>     | <b>105.921</b>    |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais)

|                                                | Nota | Reservas de lucros |               |                                 |                  | Total    |
|------------------------------------------------|------|--------------------|---------------|---------------------------------|------------------|----------|
|                                                |      | Capital social     | Reserva legal | Dividendos adicionais propostos | Lucro no período |          |
| Em 31 de dezembro de 2022                      |      | 462.481            | 29.073        | 99.621                          | -                | 591.175  |
| Distribuição de dividendos exercício anterior  | 26   | -                  | -             | (99.621)                        | -                | (99.621) |
| Lucro líquido do exercício                     |      | -                  | -             |                                 | 105.921          | 105.921  |
| Reserva legal                                  | 26   | -                  | 5.296         | -                               | (5.296)          | -        |
| Juros sobre capital próprio                    | 26   | -                  | -             | -                               | (33.848)         | (33.848) |
| Dividendos adicionais propostos                |      | -                  | -             | 66.777                          | (66.777)         | -        |
| Em 31 de dezembro de 2023                      |      | 462.481            | 34.369        | 66.777                          | -                | 563.627  |
| Distribuição de dividendos exercício anterior  | 26   | -                  | -             | (66.777)                        | -                | (66.777) |
| Lucro líquido do exercício                     |      | -                  | -             |                                 | 78.002           | 78.002   |
| Reserva legal                                  | 26   | -                  | 3.900         | -                               | (3.900)          | -        |
| Juros sobre capital próprio                    | 26   | -                  | -             | -                               | -                | -        |
| Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos | 26   | -                  | -             | -                               | (32.599)         | (32.599) |
| Dividendos adicionais propostos                |      | -                  | -             | 41.503                          | (41.503)         | -        |
| Em 31 de dezembro de 2024                      |      | 462.481            | 38.269        | 41.503                          | -                | 542.253  |

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## Demonstração dos fluxos de caixa

(Em milhares de Reais)

|                                                                        | Nota        | 31/12/2024       | 31/12/2023      |
|------------------------------------------------------------------------|-------------|------------------|-----------------|
| <b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>                      |             |                  |                 |
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social              |             | 118.542          | 139.801         |
| <b>Ajustes por:</b>                                                    |             |                  |                 |
| Depreciação e amortização                                              | 15, 16 e 19 | 23.979           | 21.456          |
| Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível             |             | 8                | 155             |
| Amortização do valor presente do ativo financeiro da concessão         | 16          | 1.459            | 1.694           |
| Remuneração sobre bens da concessão indenizáveis                       | 17          | (201)            | (242)           |
| Provisão para demandas judiciais                                       | 25          | 1.383            | (7.014)         |
| Juros, derivativos, variações monetárias e cambiais, líquidos          |             | 6.184            | 6.217           |
| Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos                      | 12          | 12.391           | 15.162          |
| Provisão de bônus e participação no resultado                          |             | 2.945            | 1.982           |
| Provisão para perdas de crédito esperadas                              | 9           | 3.925            | 1.480           |
| Provisão de juros sobre debêntures                                     |             | 7.709            | -               |
| Provisão de ativos de Contrato                                         | 18          | 3.760            | 37              |
|                                                                        |             | <b>182.084</b>   | <b>180.728</b>  |
| <b>Variação em:</b>                                                    |             |                  |                 |
| Contas a receber de clientes                                           |             | 31.911           | 9.198           |
| Estoque                                                                |             | 365              | (8)             |
| Imposto de renda e contribuição social e outros tributos, líquidos     |             | (40.490)         | (51.377)        |
| Partes relacionadas, líquidas                                          |             | (2.405)          | (78)            |
| Fornecedores e outros passivos financeiros                             |             | (10.042)         | (17.504)        |
| Ordenados e salários a pagar                                           |             | (3.279)          | (5.685)         |
| Gás pago e não retirado                                                |             | (734)            | (16.945)        |
| Outros ativos e passivos, líquidos                                     |             | (2.060)          | (14.545)        |
|                                                                        |             | <b>(26.734)</b>  | <b>(96.943)</b> |
| <b>Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais</b>    |             | <b>155.350</b>   | <b>83.785</b>   |
| <b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>                    |             |                  |                 |
| Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato                | 15, 16 e 18 | (43.670)         | (72.151)        |
| <b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento</b> |             | <b>(43.670)</b>  | <b>(72.151)</b> |
| <b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>                   |             |                  |                 |
| Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures                  |             | 73.839           | -               |
| Pagamento de juros sobre debêntures                                    |             | (3.870)          | -               |
| Amortização de principal sobre arrendamentos                           |             | (985)            | (1.929)         |
| Pagamento de juros sobre arrendamentos                                 | 22          | (293)            | (392)           |
| Dividendos pagos                                                       |             | (177.959)        | (55.255)        |
| <b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>         |             | <b>(109.267)</b> | <b>(57.576)</b> |
| <b>Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa</b>         |             | <b>2.413</b>     | <b>(45.941)</b> |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício                   |             | 83.294           | 129.235         |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício                    |             | 85.707           | 83.294          |
| <b>Informação complementar</b>                                         |             |                  |                 |
| Impostos de renda e contribuição social pagos                          |             | 35.465           | 40.327          |

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## Demonstração dos fluxos de caixa

(Em milhares de Reais)

### Transações que não envolveram caixa:

Transações que não envolvem caixa são eventos econômicos registrados contabilmente que não acarretam entrada ou saída imediata de recursos financeiros. Esses eventos geralmente impactam exclusivamente contas patrimoniais, como ativos, passivos ou patrimônio líquido, sem reflexo direto no fluxo de caixa. Exemplos comuns incluem o reconhecimento de passivos de arrendamento, ajustes a valor presente, compensações contratuais e a apropriação de encargos financeiros ainda não liquidados.

A Companhia elabora suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, foram identificadas as seguintes transações que não geraram movimentação de caixa e, portanto, não estão incluídas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

- (i) Reconhecimento de direitos de uso em contrapartida à constituição de passivos de arrendamento no montante de R\$1.939, em decorrência de novos contratos enquadrados nas disposições da norma contábil aplicável a arrendamentos.
- (ii) Provisão do Termo de Encerramento de Pendências – Necta e Petrobrás no montante de R\$10.369.

### Apresentação de juros e dividendos:

Os juros pagos são registrados como fluxo de caixa proveniente de atividades de financiamento, uma vez que representam os custos associados à captação de recursos financeiros. Por outro lado, os juros recebidos sobre títulos e valores mobiliários, assim como os juros pagos relacionados a obras em andamento e ativos de contrato, são classificados como fluxo de caixa de atividades de investimento, por estarem vinculados à gestão e aplicação de recursos financeiros destinados a projetos e ativos específicos.

## Demonstração do valor adicionado

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

|                                                                          | Nota     | 31/12/2024 | 31/12/2023                     |                 |                  |
|--------------------------------------------------------------------------|----------|------------|--------------------------------|-----------------|------------------|
|                                                                          |          |            | (Originalmente<br>apresentado) | Reclassificação | (Reclassificado) |
| Receitas                                                                 |          |            |                                |                 |                  |
| Receitas de distribuição de gás                                          |          | 999.887    | 1.190.362                      | (15.161)        | 1.175.201        |
| Receita de construção                                                    |          | 43.133     | 68.366                         | -               | 68.366           |
| Outras receitas (despesas) operacionais,<br>líquidas                     |          | 7.942      | 12.217                         | -               | 12.217           |
| Perda (reversão) por redução ao valor<br>recuperável de contas a receber |          | (4.202)    | (3.080)                        | -               | (3.080)          |
|                                                                          |          | 1.046.760  | 1.267.865                      | (15.161)        | 1.252.704        |
| Insumos adquiridos de terceiros                                          |          |            |                                |                 |                  |
| Custo do gás, transporte e compra de<br>energia                          |          | (708.197)  | (895.573)                      | 15.161          | (880.412)        |
| Custo de construção                                                      |          | (43.133)   | (68.366)                       | -               | (68.366)         |
| Materiais, serviços e outras despesas                                    |          | (42.853)   | (46.790)                       | -               | (46.790)         |
|                                                                          |          | (794.183)  | (1.010.729)                    | 15.161          | (995.568)        |
| Valor adicionado bruto                                                   |          |            |                                |                 |                  |
|                                                                          |          | 252.577    | 257.136                        | (0)             | 257.136          |
| Retenções                                                                |          |            |                                |                 |                  |
| Depreciação e amortização                                                | 15 16 19 | (25.442)   | (23.150)                       | -               | (23.150)         |
|                                                                          |          | (25.442)   | (23.150)                       | -               | (23.150)         |
| Valor adicionado líquido produzido                                       |          | 227.135    | 233.986                        | (0)             | 233.986          |
| Valor adicionado recebido em transferência                               |          |            |                                |                 |                  |
| Receitas financeiras                                                     |          | 16.116     | 21.198                         | -               | 21.198           |
|                                                                          |          | 16.116     | 21.198                         | -               | 21.198           |
| Valor adicionado total a distribuir                                      |          |            |                                |                 |                  |
|                                                                          |          | 243.251    | 255.184                        | (0)             | 255.184          |
| Distribuição do valor adicionado                                         |          |            |                                |                 |                  |
| Pessoal e encargos                                                       |          | 29.458     | 28.255                         | -               | 28.255           |
| Remuneração direta                                                       |          | 22.643     | 21.104                         | -               | 21.104           |
| Benefícios                                                               |          | 4.476      | 4.115                          | -               | 4.115            |
| FGTS/ Outros                                                             |          | 2.339      | 3.036                          | -               | 3.036            |
| Impostos, taxas e contribuições                                          |          | 125.239    | 118.445                        | -               | 118.445          |
| Federais                                                                 |          | 75.002     | 32.191                         | -               | 32.191           |
| Estaduais                                                                |          | 50.234     | 86.253                         | -               | 86.253           |
| Municipais                                                               |          | 3          | 1                              | -               | 1                |
| Despesas financeiras e aluguéis                                          |          | 10.359     | 2.564                          | -               | 2.564            |
| Juros                                                                    |          | 9.201      | 696                            | -               | 696              |
| Aluguéis e arrendamentos                                                 |          | 1.158      | 1.868                          | -               | 1.868            |
| Outros                                                                   |          | 193        | -                              | -               | -                |
| Remuneração de capitais próprios                                         |          | 78.002     | 105.921                        | -               | 105.921          |
| Resultado do exercício                                                   |          | 78.002     | 105.921                        | -               | 105.921          |

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## 1. Contexto operacional

A Necta Gás Natural S.A. tem como atividade principal a prestação de serviços de distribuição de gás canalizado na região noroeste do Estado de São Paulo, abrangendo 375 municípios sob regime de concessão. A Companhia opera em diversos segmentos, incluindo os mercados industrial, residencial, comercial, gás natural veicular (GNV), termo geração e cogeração, além de desempenhar atividades correlatas ao seu objeto social.

O Contrato de Concessão foi firmado em 10 de dezembro de 1999 entre a Necta Gás Natural S.A. e o Poder Concedente, representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP). Este instrumento regula a prestação dos serviços de distribuição de gás canalizado na área mencionada, com um prazo inicial de 30 anos, encerrando-se em 9 de dezembro de 2029. O contrato permite uma prorrogação única por mais 20 anos, mediante solicitação formal da Companhia e aprovação do Poder Concedente.

Em 14 de novembro de 2024 a Companhia protocolou junto ao Poder Concedente e a ARSESP o Pedido de Prorrogação Ordinária de Vigência do Contrato de Concessão nº CSPE/002/99, em consonância com o disposto na Cláusula Quinta do Contrato e suas subcláusulas, com o objetivo de iniciar as tratativas para a celebração de aditivo contratual formalizando a prorrogação ordinária do Contrato de Concessão nº CSPE/002/99, pelo prazo de 20 (vinte) anos contados a partir de 10 de dezembro de 2029.

A ARSESP é responsável por fiscalizar e regular os serviços de distribuição de gás canalizado no Estado de São Paulo. As tarifas aplicadas pela Companhia são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na atualização dos custos do gás e na correção da margem de distribuição pela inflação.

Adicionalmente, a Deliberação ARSESP nº 1.010/2020 permite a realização de reajustes tarifários extraordinários antes do período anual, desde que sejam cumpridos critérios específicos. Esses critérios incluem a diferença entre o custo do gás natural previsto na tarifa vigente e o custo efetivamente pago pela Companhia ao fornecedor. O reajuste extraordinário é autorizado apenas quando essa diferença excede os limites estabelecidos pela regulamentação, considerando a volatilidade do preço do gás natural no mercado. Além dos reajustes anuais e extraordinários, ocorre uma Revisão Tarifária a cada cinco anos. Nesse processo, as margens tarifárias são ajustadas com base nas projeções de custos e volumes estimados para o quinquênio seguinte. O objetivo da revisão é garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e a continuidade da prestação de serviços com qualidade à população.

Ao término da concessão, os bens e instalações utilizados na prestação dos serviços serão revertidos ao Poder Concedente. Este processo será acompanhado por um levantamento detalhado e avaliação dos ativos, com o objetivo de determinar o valor da indenização devida à Companhia, observando os valores contábeis dos bens e as respectivas datas de incorporação ao patrimônio do Estado.

O processo de concessão é regido pelos princípios de transparência, justiça, regulação adequada e preservação do interesse público, assegurando os direitos do Poder Concedente e da Companhia, bem como a continuidade e a eficiência na prestação do serviço público de distribuição de gás canalizado.

## 2. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em alinhamento aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Companhia Necta Gás Natural S.A., atuante no setor de distribuição de gás canalizado, adota integralmente as diretrizes contábeis aplicáveis, refletindo com fidelidade sua posição patrimonial e financeira, os resultados de suas operações e os fluxos de caixa. Tal abordagem assegura a transparência e a conformidade com os requisitos legais e regulatórios do setor.

A elaboração das demonstrações financeiras segue o pressuposto de continuidade operacional da Companhia, em conformidade com os normativos contábeis vigentes, garantindo a integridade e a confiabilidade das informações divulgadas.

Em conformidade com a legislação societária brasileira e o CPC 09, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é obrigatória para companhias abertas e é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras. Contudo, segundo as IFRS, essa demonstração não é exigida. Dessa forma, a DVA é disponibilizada como uma informação complementar, sem impacto sobre as demais demonstrações contábeis da Companhia.

A Administração da Companhia concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações e utilizou referida premissa como base para preparação dessas informações anuais.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e foram autorizadas para emissão pela Diretoria Executiva em 17 de fevereiro de 2025.

## 3. Políticas contábeis

As práticas contábeis adotadas estão detalhadas nas notas explicativas, exceto pelas descritas abaixo:

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)*

### **I. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), por ser a moeda predominante no ambiente econômico em que a Companhia realiza suas operações, obtém receitas e efetua pagamentos. Todos os valores apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **II. Uso de julgamentos e estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras requer da Administração a realização de julgamentos e a formulação de estimativas e premissas que impactam a aplicação das políticas contábeis e a mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. É importante destacar que os valores efetivamente realizados podem divergir das estimativas previamente estabelecidas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente e baseiam-se em informações históricas, experiências acumuladas e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que a Administração considera razoáveis para o momento. Qualquer revisão nas estimativas é reconhecida de forma prospectiva, quando necessário.

As informações relacionadas aos julgamentos mais relevantes e às incertezas de estimativas que impactam significativamente os valores reportados nas demonstrações financeiras estão detalhadas nas seguintes notas explicativas

- Nota 16 – Avaliação da vida útil econômica para a determinação da depreciação do ativo imobilizado;
- Nota 17 – Avaliação da vida útil econômica para a determinação da amortização do ativo intangível;
- Nota 18 – Cálculo do ajuste a valor presente (AVP) dos ativos financeiros da concessão;
- Nota 20 – Avaliação dos indicadores de impairment para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado.
- Nota 25 c) – Imposto de renda e contribuição social diferidos: avaliação da disponibilidade de lucros tributáveis futuros para compensação de prejuízos fiscais;
- Nota 26 – Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais pressupostos relacionados à probabilidade e ao montante de saídas de recursos

### **3.1. Reclassificação na demonstração de resultado**

A ARSESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo) por meio da deliberação 1.205, publicou um novo Manual de Contabilidade e Plano de Contas do setor de distribuição de gás canalizado, com regulamentação aplicável a partir do exercício de 2023.

De acordo com a nota técnica mencionada, a ARSESP determina que a contabilização das variações, tanto positivas quanto negativas, entre o preço incluído nas tarifas e o efetivamente pago pela concessionária ao supridor, que são periodicamente repassadas aos usuários por meio de contas gráficas, devem ser registradas como receita operacional líquida. A política adotada pela Companhia é consistente com o entendimento da essência da operação, classificando os efeitos da Conta Corrente Regulatória em seu resultado bruto, mas com alocações em custo dos produtos vendido e dos serviços prestados.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia reavaliou a forma de apresentação da classificação dos efeitos da conta corrente regulatória, entendendo que essa apresentação atenderá às exigências da ARSESP e OCPC08, fornecendo informações mais consistentes e alinhadas com as melhores práticas de mercado.

A aplicação da mudança na política contábil gerou a seguinte reclassificação na demonstração do resultado no exercício comparativo:

|                                                       | 31/12/2023                     |                 |                  |
|-------------------------------------------------------|--------------------------------|-----------------|------------------|
|                                                       | (Originalmente<br>apresentado) | Reclassificação | (Reclassificado) |
| Receita operacional líquida                           | 1.007.198                      | (15.161)        | 992.037          |
| Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados | (834.383)                      | 15.161          | (819.221)        |
| <b>Resultado bruto</b>                                | <b>172.815</b>                 | <b>-</b>        | <b>172.815</b>   |

## 4. Normas contábeis

### 4.1. Normas contábeis recentemente adotadas pela Companhia

| Norma aplicável                                                                            | Principais requisitos ou mudanças na política contábil                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| IFRS 16/ CPC 06 (R2) – Arrendamentos                                                       | Inclusão de requerimentos sobre pagamentos variáveis para um <i>sale leaseback</i> que visa fornecer orientações sobre como contabilizar os pagamentos variáveis para o vendedor-arrendatário em uma transação de <i>sale and leaseback</i> .                                                                                                                                             |
| IAS 1/ CPC 26 (R1) – Apresentações das Demonstrações Contábeis                             | A alteração na norma especifica os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro de doze meses. |
| CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7) - Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado"). | As alterações introduzem novos objetivos de divulgação para transações de financiamento de fornecedores (risco sacado) incluindo termos e condições e prazos de recebimento.                                                                                                                                                                                                              |
| IAS 12/ CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e IFRS 09/ CPC 48 - Instrumentos financeiros.      | As Alterações trazem ajustes redacionais nos textos para maior aderência com as normas contábeis internacionais.                                                                                                                                                                                                                                                                          |

As alterações discorridas acima não tiveram impacto nas Demonstrações Financeiras Individuais da Necta Gás.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
 (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

## 4.2. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

| Norma aplicável                                                                                                                                                                                                                                          | Principais requisitos ou mudanças na política contábil                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e IFRS 01/ CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.                    | As alterações nos pronunciamentos técnicos buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Compass.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.                                                                                                                                           | O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras. Além disso, foi alterado o ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. A Compass está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras consolidadas e suas notas explicativas. |
| IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.                                                                                                                                                         | O IFRS 19 permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos. A Compass não é elegível para a aplicação do IFRS 19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| IFRS 09/ CPC 48 - Instrumentos financeiros e IFRS 07/CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Evidenciação.                                                                                                                                               | As alterações nos pronunciamentos técnicos buscam que determinados requisitos da norma sejam mais claros e consistentes considerando os seguintes temas: (i) classificação dos ativos financeiros com características atreladas a temas <i>Environmental, Social and Governance</i> ("ESG"); e (ii) desreconhecimento de passivos liquidados através de sistemas de pagamento eletrônico. Em complemento introduzem requisitos de divulgação adicional para empresas com investimento em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Compass.              |
| IAS 28/ CPC 18 - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. | A atualização alinha as práticas contábeis do Brasil às internacionais. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Compass.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |

## 5. Ativo e Passivos Financeiros

### Política contábil:

A Companhia mensura inicialmente seus ativos financeiros pelo valor justo. Para ativos financeiros que não são mensurados a valor justo por meio do resultado, esse valor inicial inclui os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão. Ativos financeiros classificados ao custo amortizado são mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo principal é obter fluxos de caixa contratuais que consistam exclusivamente em pagamentos de principal e juros.

A classificação de ativos financeiros segue dois critérios fundamentais:

1. O modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos financeiros.
2. A natureza dos fluxos de caixa contratuais, que devem representar apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de “Principal e Juros”. Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de partes relacionadas e outros ativos financeiros.

A Companhia não realizou nenhuma remensuração dos ativos financeiros. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos contratuais de receber fluxos de caixa expiram ou quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do ativo.

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias principais:

1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem instrumentos designados para negociação, derivativos ou passivos designados como tal no momento do reconhecimento inicial. Esses passivos são mensurados ao valor justo, e os resultados líquidos, incluindo juros, são reconhecidos no resultado.
2. Mensurados ao custo amortizado: Incluem os passivos financeiros não enquadrados na categoria anterior. Esses passivos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. As despesas de juros, bem como eventuais ganhos ou perdas cambiais associadas, são reconhecidas no resultado.

O desreconhecimento de um passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais são extintas, canceladas ou vencidas. Caso os termos contratuais sejam significativamente alterados, o passivo original é substituído por um novo, mensurado ao valor justo na data de sua reclassificação. Qualquer diferença entre o passivo anterior e o novo, resultante do desreconhecimento ou modificação, é reconhecida diretamente no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e nem quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Os ativos e passivos financeiros são demonstrados conforme classificados abaixo:

|                                                  | Nota | 31/12/2024       | 31/12/2023       |
|--------------------------------------------------|------|------------------|------------------|
| <b>Ativos</b>                                    |      |                  |                  |
| <b>Custo amortizado</b>                          |      |                  |                  |
| Caixa e equivalentes de caixa                    | 8    | 85.707           | 83.294           |
| Contas a receber de clientes                     | 9    | 75.701           | 111.537          |
| Recebíveis de partes relacionadas                | 10   | 3.063            | 2.520            |
| Ativos financeiros setoriais                     | 12   | 10.421           | 18.662           |
| Outros ativos financeiros                        |      | -                | 2.423            |
| Depósitos judiciais                              | 25   | 404              | 265              |
| <b>Total</b>                                     |      | <b>175.296</b>   | <b>218.701</b>   |
| <b>Passivos</b>                                  |      |                  |                  |
| <b>Custo amortizado</b>                          |      |                  |                  |
| Fornecedores                                     | 23   | (51.288)         | (61.330)         |
| Passivos de arrendamento                         | 22   | (6.112)          | (5.158)          |
| Pagáveis a partes relacionadas                   | 10   | (1.124)          | (2.986)          |
| Empréstimos, Financiamentos e Debêntures         | 21   | (73.484)         | -                |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar | 26   | -                | (78.582)         |
| Passivos financeiros setoriais                   | 12   | (82.109)         | (73.055)         |
| <b>Total</b>                                     |      | <b>(214.117)</b> | <b>(221.111)</b> |
| <b>Total</b>                                     |      | <b>(38.821)</b>  | <b>(2.410)</b>   |

## 6. Mensuração de valor justo reconhecidas

### Política contábil:

O valor justo é estimado utilizando modelos como o de fluxo de caixa descontado, cujas variáveis e premissas baseiam-se, sempre que possível, em dados de mercado observáveis. Quando tais dados não estão disponíveis, é necessário exercer julgamento significativo, levando em consideração fatores como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Alterações nesses fatores podem impactar diretamente o valor justo reportado.

As técnicas específicas utilizadas pela Companhia incluem:

1. Preços de mercado cotados: Aplicados para instrumentos financeiros idênticos em mercados ativos.
2. Modelo de fluxo de caixa descontado: Para outros ativos financeiros, o cálculo considera a taxa WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) determinada pelo órgão regulador, como referência para a definição de tarifas.

Todas as estimativas resultantes de valor justo estão incluídas no nível 2, quando os valores justos tiverem sido determinados com base em valores presentes e as taxas de desconto utilizadas tiverem sido ajustadas para risco de contraparte ou de crédito próprio.

A Companhia mantém uma estrutura robusta para controle e revisão das mensurações de valor justo. A Administração revisa regularmente os insumos não observáveis significativos, bem como os ajustes de avaliação utilizados. Quando terceiros, como corretoras ou serviços de precificação, fornecem informações, a Administração avalia a confiabilidade dessas fontes para garantir conformidade com as políticas contábeis internas.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

As questões relevantes relacionadas à avaliação são apresentadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Dados não ajustados de preços de instrumentos idênticos negociados em mercados ativos.
- Nível 2: Informações observáveis, como preços de instrumentos similares em mercados ativos ou informações de mercados inativos.
- Nível 3: Dados não observáveis, em que a Administração utiliza premissas internas, devido à falta de informações de mercado corroboráveis.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

Segue as informações aplicáveis a Companhia:

|                                          | Nota | 31/12/2024     | 31/12/2023 |
|------------------------------------------|------|----------------|------------|
| <b>Passivos</b>                          |      | <b>Nível 2</b> |            |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 21   | 73.484         | -          |
| <b>Total</b>                             |      | <b>73.484</b>  | <b>-</b>   |

## 7. Gestão de risco financeiro

### Política contábil:

Essa nota explicativa descreve a exposição da Companhia a diferentes riscos financeiros, detalhando como esses riscos podem impactar seu desempenho financeiro no futuro. São fornecidas informações sobre a natureza e a extensão dos riscos financeiros decorrentes de instrumentos financeiros, incluindo os lucros e perdas relevantes do exercício atual para contextualizar a análise.

O gerenciamento de risco financeiro da Companhia segue políticas internas rigorosas, aprovadas pela Administração e alinhadas com os requisitos regulatórios. Essas políticas têm como objetivo identificar, mensurar, monitorar e mitigar os principais riscos financeiros.

### i. Risco de mercado

A Companhia atua exclusivamente no mercado interno, com foco na região noroeste do Estado de São Paulo, conforme estabelecido em seu contrato de concessão. Entretanto, os custos de aquisição do gás canalizado são influenciados pelas flutuações na taxa de câmbio do dólar. Essas variações cambiais afetam o custo do gás a ser recuperado, registrado como ativo ou passivo setorial, o qual é repassado aos clientes conforme as regulamentações vigentes.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

### ii. Risco de taxa de juros

A Companhia possui investimentos financeiros e debêntures vinculadas à variação do CDI, o que sujeita esses instrumentos às flutuações das taxas de juros. De acordo com a análise de sensibilidade apresentada abaixo, foi avaliado o impacto de alterações de 25% e 50% nas taxas de juros, levando em consideração as premissas relacionadas ao índice.

| Exposição taxa de juros                  | 31/12/2024     | Provável       | Cenários       |                |                |                |
|------------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|                                          |                |                | 25%            | 50%            | -25%           | -50%           |
| Operações compromissadas                 | 36.353         | 41.550         | 42.849         | 44.148         | 40.251         | 38.951         |
| Certificado de depósitos bancários - CDB | 48.448         | 55.374         | 57.106         | 58.837         | 53.643         | 51.911         |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 73.484         | 83.989         | 86.615         | 89.242         | 81.363         | 78.737         |
|                                          | <b>158.285</b> | <b>180.913</b> | <b>186.570</b> | <b>192.227</b> | <b>175.256</b> | <b>169.599</b> |

| Unidade      | 31/12/2024 | Provável | 25%    | 50%    | -25%   | -50%  |
|--------------|------------|----------|--------|--------|--------|-------|
| CDI - % a.a. | 12,15%     | 14,30%   | 17,87% | 21,44% | 10,72% | 7,15% |

### iii. Risco de crédito

As atividades operacionais da Companhia a expõem a riscos de inadimplência, caso clientes, fornecedores ou outras contrapartes não cumpram suas obrigações financeiras ou contratuais. Para mitigar esse risco, a Companhia realiza transações com uma base ampla e diversificada de contrapartes. No entanto, a Companhia ainda está sujeita a eventuais falhas financeiras imprevistas de terceiros, o que poderia comprometer o fluxo de suas operações.

A seguir, é apresentada a exposição da Companhia ao risco de crédito:

|                                   | 31/12/2024     | 31/12/2023     |
|-----------------------------------|----------------|----------------|
| Caixa e equivalentes de caixa     | 85.707         | 83.294         |
| Contas a receber de clientes      | 75.701         | 111.537        |
| Recebíveis de partes relacionadas | 3.063          | 2.520          |
| <b>Total</b>                      | <b>164.471</b> | <b>197.351</b> |

A Companhia está sujeita a riscos associados à gestão de caixa e investimentos de curto prazo.

Os ativos líquidos são aplicados em CDBs (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissadas. O risco de crédito relacionado aos saldos mantidos em bancos e instituições financeiras é monitorado e gerido pela área financeira, conforme as diretrizes estabelecidas pela política interna da Companhia.

### iv. Risco de liquidez

A estratégia da Companhia visa garantir a liquidez necessária para honrar seus passivos na data de vencimento, tanto em cenários normais quanto em situações de estresse, evitando perdas significativas ou danos à sua reputação.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Os passivos financeiros da Companhia, classificados conforme suas datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados acordados), estão organizados da seguinte forma:

|                                          | 31/12/2024    |               |               |                 | Total          | 31/12/2023     |
|------------------------------------------|---------------|---------------|---------------|-----------------|----------------|----------------|
|                                          | Até 1 ano     | De 1 a 2 anos | De 3 a 5 anos | Acima de 5 anos |                | Total          |
| Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | 3.669         | 69.815        | -             | -               | 73.484         | -              |
| Fornecedores                             | 51.288        | -             | -             | -               | 51.288         | 61.330         |
| Passivos de arrendamento                 | 1.928         | 1.571         | 1.591         | 1.021           | 6.112          | 5.158          |
| Pagáveis a partes relacionadas           | 1.124         | -             | -             | -               | 1.124          | 2.986          |
| Dividendos a pagar                       | -             | -             | -             | -               | -              | 78.582         |
| <b>Total</b>                             | <b>58.009</b> | <b>71.386</b> | <b>1.591</b>  | <b>1.021</b>    | <b>132.008</b> | <b>148.056</b> |

## 8. Caixa e equivalentes de caixa

### Política contábil:

Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos disponíveis em caixa, depósitos à vista e investimentos com alta liquidez, cujos prazos de vencimento não ultrapassam três meses a partir da data de aquisição. Estes investimentos devem estar sujeitos a um risco irrelevante de alteração no valor, atendendo à definição de instrumentos de liquidez imediata que podem ser facilmente convertidos em valores conhecidos com risco mínimo de perda de valor.

| Caixa e equivalentes de caixa | 31/12/2024    | 31/12/2023    |
|-------------------------------|---------------|---------------|
| Bancos conta movimento        | 906           | 9.782         |
| Aplicações financeiras        | 84.801        | 73.512        |
|                               | <b>85.707</b> | <b>83.294</b> |

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

| Aplicações em bancos                     | 31/12/2024    | 31/12/2023    |
|------------------------------------------|---------------|---------------|
| Operações compromissadas                 | 36.353        | 851           |
| Certificado de depósitos bancários - CDB | 48.448        | 72.661        |
|                                          | <b>84.801</b> | <b>73.512</b> |

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

### 9. Contas a receber de clientes

#### Política contábil:

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor da contraprestação incondicional a ser recebida. Tal contraprestação é considerada incondicional quando o direito ao recebimento depende exclusivamente do decurso do tempo, sem que sejam necessárias ações adicionais para que a contraparte cumpra suas obrigações.

Após o reconhecimento inicial, as contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Este método considera a taxa de juros que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros do ativo ao seu valor contábil inicial.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida como despesas de vendas.

|                                           | 31/12/2024    | 31/12/2023     |
|-------------------------------------------|---------------|----------------|
| Contas de gás a receber                   | 35.584        | 56.944         |
| Receita não-faturada <sup>(i)</sup>       | 64.159        | 74.710         |
| <b>Total</b>                              | <b>99.743</b> | <b>131.654</b> |
| Provisão para perdas de crédito esperadas | (24.042)      | (20.117)       |
| <b>Total</b>                              | <b>75.701</b> | <b>111.537</b> |
| Circulante                                | 75.701        | 111.537        |
| Não circulante                            | -             | -              |
| <b>Total</b>                              | <b>75.701</b> | <b>111.537</b> |

(i) A receita não faturada refere-se à parte do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados, contudo já registrado no balanço para fins de competência.

O *aging* das contas a receber é o seguinte:

|                                                            | 31/12/2024    | 31/12/2023     |
|------------------------------------------------------------|---------------|----------------|
| A vencer                                                   | 76.172        | 107.017        |
| Vencidas:                                                  |               |                |
| Até 30 dias                                                | 2.297         | 1.532          |
| De 31 a 60 dias                                            | 159           | 271            |
| De 61 a 90 dias                                            | 44            | 137            |
| Mais de 90 dias                                            | 21.071        | 22.697         |
| Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber | (24.042)      | (20.117)       |
| <b>Total</b>                                               | <b>75.701</b> | <b>111.537</b> |

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

A variação na perda esperada por redução ao valor recuperável de contas a receber é a seguinte:

|                                                  |                 |
|--------------------------------------------------|-----------------|
| <b>Provisão para perdas de crédito esperadas</b> |                 |
| <b>Saldo em 31/12/2022</b>                       | <b>(19.202)</b> |
| (Adições) reversões                              | (2.479)         |
| Baixas                                           | 1.564           |
| <b>Saldo em 31/12/2023</b>                       | <b>(20.117)</b> |
| (Adições) reversões                              | (4.048)         |
| Baixas                                           | 122             |
| <b>Saldo em 31/12/2024</b>                       | <b>(24.042)</b> |

## 10. Partes relacionadas

### Política Contábil:

As transações comerciais, financeiras e societárias realizadas com partes relacionadas são efetuadas com base em condições de mercado, observando os preços normais praticados para transações similares entre partes independentes.

As condições contratuais para tais operações são formalizadas por meio de acordos específicos entre as partes envolvidas, sendo seguidas as práticas comerciais usuais.

Os saldos de contas a receber e a pagar com partes relacionadas, ao final de cada período, não estão sujeitos a garantias, juros ou outras condições especiais. Essas transações são liquidadas em moeda corrente, ou seja, em dinheiro, respeitando os prazos acordados e sem a imposição de quaisquer encargos financeiros adicionais.

Não houve a concessão nem o recebimento de garantias sobre quaisquer valores de contas a receber ou a pagar, conforme as transações com partes relacionadas.

Ao final de cada período, a Companhia realiza uma avaliação da recuperabilidade dos saldos devidos, que orientam a mensuração de ativos financeiros, incluindo os valores a receber de partes relacionadas.

No exercício em questão, após a devida análise, não foi reconhecida qualquer provisão para perdas com relação a contas a receber de partes relacionadas, pois os valores são considerados plenamente recuperáveis, conforme a avaliação realizada pela Administração.

### i. Contas a receber e a pagar com partes relacionadas:

|                                             | 31/12/2024   | 31/12/2023   |
|---------------------------------------------|--------------|--------------|
| <b>Ativo circulante</b>                     |              |              |
| <b>Operações comerciais</b>                 |              |              |
| Comgás - Companhia de Gás de São Paulo S.A. | 3.063        | 2.520        |
| <b>Total</b>                                | <b>3.063</b> | <b>2.520</b> |
|                                             | 31/12/2024   | 31/12/2023   |
| <b>Passivo circulante</b>                   |              |              |
| <b>Operações comerciais</b>                 |              |              |
| Commit Gás S.A.                             | 950          | 1.531        |
| Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda         | 174          | 1.455        |
| <b>Total</b>                                | <b>1.124</b> | <b>2.986</b> |

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

### ii. Transações com partes relacionadas:

|                                             | 31/12/2024     | 31/12/2023     |
|---------------------------------------------|----------------|----------------|
| <b>Receita operacional</b>                  |                |                |
| Comgás - Companhia de Gás de São Paulo S.A. | 32.476         | 42.134         |
| <b>Total</b>                                | <b>32.476</b>  | <b>42.134</b>  |
| <b>Custo operacional</b>                    |                |                |
| Comgás - Companhia de Gás de São Paulo S.A. | 0              | (130)          |
| Rumo Malha Sul S.A.                         | (23)           | (23)           |
| Rumo Malha Paulista S.A.                    | (75)           | (21)           |
| <b>Total</b>                                | <b>(98)</b>    | <b>(174)</b>   |
| <b>Receitas (despesas) compartilhadas</b>   |                |                |
| Commit Gás S.A.                             | (2.163)        | (3.438)        |
| Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda         | (1.188)        | (1.041)        |
| <b>Total</b>                                | <b>(3.352)</b> | <b>(4.479)</b> |
| <b>Resultado financeiro</b>                 |                |                |
| Comgás - Companhia de Gás de São Paulo S.A. | 0              | 122            |
| <b>Total</b>                                | <b>-</b>       | <b>122</b>     |
| <b>Total</b>                                | <b>29.026</b>  | <b>37.603</b>  |

### iii. Remuneração dos administradores e diretores:

Os membros da administração compreendem o Conselho de Administração, o Diretor-Presidente e o Diretor Administrativo-Financeiro. A remuneração atribuída a esses integrantes, em conformidade com as práticas societárias e as disposições normativas aplicáveis, está detalhada no quadro a seguir:

| Remuneração dos administradores e diretores: | 31/12/2024   | 31/12/2023   |
|----------------------------------------------|--------------|--------------|
| Honorários                                   | 2.297        | 4.749        |
| <b>Total</b>                                 | <b>2.297</b> | <b>4.749</b> |

## 11. Outros tributos a recuperar

### Política contábil:

Os ativos fiscais são inicialmente mensurados ao custo, sendo posteriormente ajustados com base em eventos que afetem sua recuperação. Esses ativos abrangem principalmente:

- I. Efeitos fiscais diferidos: Reconhecidos quando há expectativa de realização de benefícios fiscais decorrentes da venda do ativo a terceiros ou por meio da amortização ao longo da vida útil econômica remanescente do ativo.
- II. Tributos a recuperar: Correspondem a valores a serem restituídos pelas autoridades fiscais ou utilizados como compensação em futuras obrigações tributárias.

A mensuração desses ativos é revisada periodicamente, considerando alterações na legislação tributária, mudanças nos cenários econômicos e outros fatores relevantes que possam impactar sua realização.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

|                       | 31/12/2024    | 31/12/2023    |
|-----------------------|---------------|---------------|
| COFINS <sup>(i)</sup> | 48.748        | 44.556        |
| PIS <sup>(i)</sup>    | 10.584        | 9.653         |
| ICMS                  | 7.755         | 5.628         |
| <b>Total</b>          | <b>67.087</b> | <b>59.837</b> |
|                       |               |               |
| Circulante            | 3.788         | 2.991         |
| Não circulante        | 63.299        | 56.846        |
| <b>Total</b>          | <b>67.087</b> | <b>59.837</b> |

(i) Em 13 maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento, ou seja, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo de PIS e COFINS. A Companhia reconheceu créditos referentes ao tema.

## 12. Ativo e passivo financeiro setorial

### Política contábil:

Os ativos e passivos financeiros setoriais têm por objetivo neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia decorrentes da diferença entre:

- I. O custo efetivamente incorrido com a aquisição de gás natural, incluindo as alíquotas de tributos aplicáveis, e
- II. O custo de gás e tributos considerado na composição das tarifas reguladas, conforme homologado pela ARSESP durante os processos de reajuste ou revisão tarifária.

As diferenças apuradas entre o custo efetivo e o custo tarifário geram:

Ativo financeiro setorial quando o custo realizado excede o valor tarifado, resultando em um direito econômico a ser recuperado pela Companhia; ou

Passivo financeiro setorial: Quando o custo tarifado supera o custo efetivamente incorrido, configurando uma obrigação a ser devolvida aos usuários.

Conforme regulamentado, esses saldos são considerados no próximo ciclo tarifário e incorporados ao índice de reajuste tarifário subsequente, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Além disso, a Deliberação nº 1010/2020 da ARSESP prevê que eventuais saldos remanescentes nas contas gráficas ao término da concessão serão indenizados à Companhia, ou devolvidos aos usuários por meio de ajustes tarifários ao longo dos 12 meses anteriores ao encerramento da concessão.

Adicionalmente, a Deliberação nº 1010 abordou os saldos registrados na conta corrente de tributos, que acumulam valores relativos a créditos tributários utilizados pela Companhia. Esses créditos, incorporados na composição tarifária, devem ser repassados aos usuários por meio de tarifas futuras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Com a publicação da Deliberação nº 1010, a Companhia concluiu que não existem incertezas significativas que impeçam o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros setoriais. Assim, tais valores passam a ser registrados como ativos ou passivos efetivos nas demonstrações financeiras.

A movimentação do ativo (passivo) financeiro setorial líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi a seguinte:

|                                        | Ativo setorial | Passivo setorial | Total           |
|----------------------------------------|----------------|------------------|-----------------|
| <b>Saldo em 31/12/2022</b>             | 20.434         | (53.896)         | <b>(33.462)</b> |
| Custo do gás <sup>(i)</sup>            | (15.162)       | -                | (15.162)        |
| Créditos tributários <sup>(ii)</sup>   | 12.425         | (12.425)         | -               |
| Atualização monetária <sup>(iv)</sup>  | 965            | (6.734)          | (5.769)         |
| <b>Saldo em 31/12/2023</b>             | 18.662         | (73.055)         | <b>(54.393)</b> |
| Custo do gás <sup>(i)</sup>            | (2.916)        | (2.620)          | (5.536)         |
| Balanco de Penalidade <sup>(iii)</sup> | -              | (6.701)          | (6.701)         |
| Atualização monetária <sup>(iv)</sup>  | 1.375          | (6.433)          | (5.058)         |
| <b>Saldo em 31/12/2024</b>             | <b>17.122</b>  | <b>(88.810)</b>  | <b>(71.688)</b> |
| Circulante                             | 10.421         | -                | 10.421          |
| Não circulante                         | -              | 82.109           | 82.109          |
| <b>Total</b>                           | <b>10.421</b>  | <b>82.109</b>    | <b>92.530</b>   |

(i) O custo do gás adquirido, comparado ao tarifado, é classificado como ativo circulante, com recuperação anual ou trimestral conforme a categoria do cliente.

(ii) Refere-se ao valor líquido de créditos tributários no exercício anterior.

(iii) No passivo setorial é demonstrado o efeito do balanço de penalidade conforme deliberações ARSESP nº 1.056/2020 e 1.614/2024

(iv) Atualização monetária sobre a conta corrente de gás e crédito extemporâneo, com base na taxa SELIC.

Em 9 de janeiro de 2023, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP) iniciou uma audiência pública para tratar da devolução aos consumidores dos créditos de PIS/COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo desses tributos. Com a publicação da Deliberação ARSESP nº 1.457, de 27 de setembro de 2023, o prazo para disponibilização do relatório circunstanciado das contribuições recebidas foi prorrogado em até 120 dias, a contar de 29 de setembro de 2023. Posteriormente, em 29 de outubro de 2024, a ARSESP informou que a discussão sobre a destinação dos créditos tributários seria adiada para o primeiro semestre de 2025. Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Deliberação ARSESP nº 1.634, prorrogando por até 120 dias, a partir de 21 de janeiro de 2025, o prazo para publicação do Relatório Circunstanciado e das Notas Técnicas Finais, com novo prazo final em 20 de maio de 2025, no âmbito da Consulta Pública nº 12/2022.

Até que a ARSESP conclua as análises e deliberações, o tema segue sem resolução definitiva, não gerando, neste momento, impactos diretos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Conforme estabelecido nas Deliberações ARSESP nº 1.056, de 21 de outubro de 2020 e nº 1.614, de 9 de dezembro de 2024, caso os valores de penalidades faturados pela concessionária aos usuários superem os valores faturados pelo supridor à concessionária a título de penalidades o saldo se reverterá em crédito e reduzirá a tarifa, por ocasião dos reajustes e revisões tarifárias.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

### 13. Gás pago e não retirado

#### Política contábil:

O contrato firme inflexível de compra de gás natural, celebrado com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, estabelece a obrigação contratual de retirada de volumes de gás natural determinados por um percentual previamente definido em relação ao volume contratado.

No exercício de 2024, a Companhia registrou uma retirada de gás natural inferior ao volume compromissado, o que resultou em pagamentos antecipados referentes aos volumes não retirados, conforme as disposições contratuais vigentes. Esses valores foram reconhecidos no ativo como antecipações de compra de gás.

Os volumes de gás natural pagos e não retirados estão previstos para compensação no prazo de até 12 meses subsequentes ao término do contrato, conforme estipulado nas condições do contrato firme inflexível. Com base nas projeções elaboradas pela Administração, que consideram o planejamento de consumo e o cenário de demanda, estima-se que a compensação integral dos volumes não retirados será realizada dentro do prazo estabelecido, sem impacto material nos resultados financeiros da Companhia.

|                            |               |
|----------------------------|---------------|
| <b>Saldo em 31/12/2023</b> | <b>16.945</b> |
| Adições                    | 21.273        |
| Compensações               | (19.579)      |
| Atualizações               | (959)         |
| <b>Saldo em 31/12/2024</b> | <b>17.679</b> |

### 14. Adiantamento a fornecedores

#### Política contábil:

Os adiantamentos a fornecedores são contabilizados com base no custo histórico. Esses valores representam desembolsos realizados previamente para aquisição de materiais e equipamentos destinados à expansão e modernização da rede de distribuição de gás natural da Companhia.

| <b>Adiantamento de fornecedores</b> | <b>31/12/2024</b> | <b>31/12/2023</b> |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Circulante                          | 458               | 688               |
| Não circulante                      | -                 | 18.029            |
| <b>Total</b>                        | <b>458</b>        | <b>18.717</b>     |

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Em novembro de 2023, a Companhia realizou o pagamento a um fornecedor, como adiantamento, referente à compra de tubos de aço destinados à execução do projeto de expansão para o município de Orlândia. Entretanto, devido à reavaliação do cronograma, o projeto foi postergado. O saldo que inicialmente foi registrado como "Adiantamento a Fornecedores" foi reclassificado, em 2024, para "Intangível - Material em Depósito", uma vez que o material foi recebido e será utilizado na expansão da rede de distribuição de gás natural.

### 15. Imobilizado

#### Política contábil:

Os itens do ativo imobilizado são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição, o qual inclui todos os desembolsos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou desenvolvimento dos ativos, deduzidos da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes relacionados ao imobilizado somente são capitalizados quando há evidências de que resultarão em benefícios econômicos futuros para a Companhia. Esses gastos incluem melhorias ou ampliações que aumentem a capacidade produtiva, eficiência ou a vida útil dos ativos.

Custos relacionados à manutenção e reparos rotineiros, que não aumentam o potencial de geração de benefícios econômicos, são reconhecidos diretamente como despesa no resultado do período em que incorridos.

A depreciação é iniciada quando os ativos estão prontos para uso ou, no caso de bens em construção, quando concluídos. O método de depreciação utilizado é o linear, com base no valor contábil, deduzido o valor residual, ao longo da vida útil estimada. Terrenos não são depreciados. As taxas de depreciação variam entre 4% e 5% ao ano para edifícios e benfeitorias, e 8% a 20% para outros ativos.

A revisão das vidas úteis e valores residuais é feita periodicamente, com ajustes contabilizados como mudanças nas estimativas contábeis. A depreciação é registrada no resultado do período ou como parte do custo de outro ativo, conforme aplicável.

#### a) Reconciliação do valor contábil:

|                            | Terrenos, edifícios e<br>benfeitorias | Obras em andamento | Total         |
|----------------------------|---------------------------------------|--------------------|---------------|
| <b>Valor de custo</b>      |                                       |                    |               |
| Saldo em 31/12/2022        | 4.071                                 | 100                | 4.171         |
| Adições                    | -                                     | 5.867              | 5.867         |
| Transferências             | 6.217                                 | (5.926)            | 291           |
| <b>Saldo em 31/12/2023</b> | <b>10.288</b>                         | <b>41</b>          | <b>10.329</b> |
| Adições                    |                                       | 537                | 537           |
| Transferências             | 534                                   | (41)               | 493           |
| <b>Saldo em 31/12/2024</b> | <b>10.822</b>                         | <b>537</b>         | <b>11.358</b> |

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

|                             | Terrenos, edifícios e benfeitorias | Obras em andamento | Total   |
|-----------------------------|------------------------------------|--------------------|---------|
| <b>Valor de depreciação</b> |                                    |                    |         |
| Saldo em 31/12/2022         | (4.029)                            | -                  | (4.029) |
| Adições                     | (525)                              | -                  | (525)   |
| Baixas                      | -                                  | -                  | -       |
| Saldo em 31/12/2023         | (4.554)                            | -                  | (4.554) |
| Adições                     | (906)                              | -                  | (906)   |
| Baixas                      | -                                  | -                  | -       |
| Saldo em 31/12/2024         | (5.459)                            | -                  | (5.459) |
| Saldo em 31/12/2023         | 5.734                              | 41                 | 5.775   |
| Saldo em 31/12/2024         | 5.363                              | 537                | 5.899   |

## 16. Intangível

### Política contábil:

#### Direito de concessão

O direito de concessão é registrado ao custo histórico da aquisição, deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

Quando a Companhia celebrou o Contrato de Concessão, um dos principais objetivos era atender ao Programa Prioritário de Termoeletricidade (PPT), instituído pelo Governo Federal em 1999, visando o fornecimento de gás canalizado para cinco termelétricas. A concessão foi adquirida pelo montante de R\$ 274.900.

Devido à não implantação das termelétricas na área de concessão, a Companhia realizou revisões das projeções futuras de rentabilidade, utilizando o método de fluxo de caixa descontado para avaliar a geração de benefícios econômicos futuros. Essas análises indicaram que parte significativa dos investimentos realizados até aquelas datas não seria recuperada pelos resultados futuros, levando ao reconhecimento de ajustes extraordinários ao valor recuperável nos exercícios de 2002 e 2003. Após essas reduções, o saldo residual do contrato de concessão permanece em R\$ 8.345.

Os gastos com construção e melhorias na infraestrutura necessária à prestação dos serviços são reconhecidos como ativo intangível e amortizados ao longo da expectativa de vida útil do ativo, limitada ao prazo remanescente da concessão.

#### Programas de computador (softwares)

Os custos relacionados ao desenvolvimento e manutenção de softwares são reconhecidos diretamente no resultado. Entretanto, gastos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento de softwares identificáveis e únicos, que são controlados pela Companhia e geram benefícios econômicos superiores aos custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativo intangível.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Aperfeiçoamentos ou expansões que melhorem significativamente o desempenho dos softwares além das especificações originais são incorporados ao custo original do ativo. As despesas subsequentes são capitalizadas apenas quando aumentam os benefícios econômicos futuros associados ao ativo. Outros gastos relacionados aos softwares são registrados como despesa, conforme o seu reconhecimento.

### Amortização

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é realizada pelo método linear, considerando a vida útil econômica estimada dos ativos, a partir do momento em que estão disponíveis para uso, e observando o prazo restante da concessão. Os períodos de amortização para os principais ativos intangíveis são:

- Softwares: 5 anos
- Redes e estações: 30 anos
- Fibra ótica: 22 anos
- Conjunto de regulação e medição: 20 anos
- Contrato de concessão: 30 anos

O período e método de amortização são revisados ao final de cada exercício social. Caso sejam identificadas mudanças na vida útil estimada ou no padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros, ajustes são feitos como alterações de estimativas contábeis.

### Provisão para redução ao valor recuperável

A Companhia realiza, anualmente, avaliações de eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos.

Os ativos intangíveis relacionados à concessão estão sujeitos às normas estabelecidas pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP), incluindo a necessidade de avaliação periódica e comunicação de alterações relevantes no saldo e no uso dos ativos no âmbito regulatório.

|                            | Direito de Concessão | Rede de distribuição de gás | Total          |
|----------------------------|----------------------|-----------------------------|----------------|
| <b>Valor de custo</b>      |                      |                             |                |
| <b>Saldo em 31/12/2022</b> | <b>8.345</b>         | <b>538.545</b>              | <b>546.890</b> |
| Baixas                     | -                    | (1.391)                     | (1.391)        |
| Transferências             | -                    | 36.117                      | 36.117         |
| Amortização AVP            | -                    | (1.694)                     | (1.694)        |
| <b>Saldo em 31/12/2023</b> | <b>8.345</b>         | <b>571.577</b>              | <b>579.922</b> |
| Baixas                     | -                    | (14)                        | (14)           |
| Transferências             | -                    | 56.200                      | 56.200         |
| Amortização AVP            | -                    | (1.459)                     | (1.459)        |
| <b>Saldo em 31/12/2024</b> | <b>8.345</b>         | <b>626.303</b>              | <b>634.649</b> |

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

|                             | Direito de Concessão | Rede de distribuição de gás | Total     |
|-----------------------------|----------------------|-----------------------------|-----------|
| <b>Valor de amortização</b> |                      |                             |           |
| Saldo em 31/12/2022         | -                    | (211.414)                   | (211.414) |
| Adições                     | -                    | (19.408)                    | (19.408)  |
| Baixas                      | -                    | 1.325                       | 1.325     |
| Saldo em 31/12/2023         | -                    | (229.497)                   | (229.497) |
| Adições                     | -                    | (21.614)                    | (21.614)  |
| Baixas                      | -                    | 6                           | 6         |
| Saldo em 31/12/2024         | -                    | (251.106)                   | (251.106) |
|                             |                      |                             | -         |
| Saldo em 31/12/2023         | 8.345                | 342.080                     | 350.425   |
| Saldo em 31/12/2024         | 8.345                | 375.198                     | 383.543   |

Em 24 de março de 2022, a administração da Companhia firmou com a ARSESP o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), comprometendo-se a liquidar as penalidades aplicadas por meio da transferência definitiva de parte de seus ativos ao Poder concedente, que ainda não haviam sido remunerados na tarifa, conforme as normas regulatórias da ARSESP. Essa medida visa regularizar a situação da Companhia em relação às obrigações tarifárias não remuneradas, cumprindo os requisitos estabelecidos pela agência.

Em 2024, o teste foi conduzido com base em 30 de outubro, e os resultados não indicaram a necessidade de reconhecimento de perdas por *impairment*, refletindo a continuidade da viabilidade econômica dos ativos.

## 17. Outros ativos financeiros

### Política contábil:

Os ativos em questão referem-se àqueles que, ao término do contrato de concessão, serão revertidos ao poder concedente, respeitando os valores contábeis e as datas de incorporação ao patrimônio do Estado.

No reconhecimento inicial, esses ativos são descontados a valor presente, utilizando-se as taxas de 10,05% e 9,11% ao ano, baseadas nas notas técnicas emitidas pela ARSESP, que visam refletir o custo médio ponderado de capital (WACC), utilizado no cálculo das tarifas regulatórias.

A Administração, ao entender que a expansão, operação e manutenção das redes são financiadas com capitais próprios, adota como prudente a utilização da taxa WACC regulatória como critério de desconto para os ativos a serem indenizados no final do contrato de concessão.

Os ativos adquiridos ou construídos para a concessão, necessários à distribuição de gás, são amortizados ao longo do período em que se espera que seus benefícios econômicos futuros sejam revertidos à Companhia, ou até o término do contrato de concessão, o que ocorrer primeiro. Esse período de amortização reflete a vida útil econômica dos ativos envolvidos, sendo que uma parte desses ativos é convertida em ativos financeiros, uma vez que representam contas a receber do poder concedente.

Essa classificação está em conformidade com o IFRIC 12 – Contratos de Concessão. A vida útil econômica dos ativos também é usada pelo regulador para determinar a base de mensuração das tarifas para os serviços prestados no âmbito da concessão.

Em 2024 a Companhia protocolou junto a ARSESP o pedido de prorrogação do contrato de concessão CSPE/002/99 pelo prazo de 20 anos, contados a partir de 10 de dezembro de 2024.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

|                            |              |
|----------------------------|--------------|
| <b>Ativo financeiro</b>    |              |
| <b>Saldo em 31/12/2022</b> | <b>1.729</b> |
| Baixas                     | (88)         |
| Transferências             | 540          |
| Capitalização de juros     | 242          |
| <b>Saldo em 31/12/2023</b> | <b>2.423</b> |
| Transferências             | 1.196        |
| Capitalização de juros     | 201          |
| <b>Saldo em 31/12/2024</b> | <b>3.820</b> |

## 18. Ativo de contrato

### Política contábil:

Os ativos de contrato são inicialmente reconhecidos pelo custo de aquisição, que inclui todos os custos diretamente atribuíveis, como os custos com empréstimos que são capitalizados. Quando os ativos de contrato entram em operação, o valor correspondente aos ativos amortizáveis no contexto do contrato de concessão é transferido para o grupo de ativos intangíveis.

|                            |               |
|----------------------------|---------------|
| <b>Ativos de contrato</b>  |               |
| <b>Saldo em 31/12/2022</b> | <b>53.139</b> |
| Adições                    | 68.366        |
| Transferências             | (36.949)      |
| <b>Saldo em 31/12/2023</b> | <b>84.556</b> |
| Adições                    | 43.133        |
| Provisão <sup>(i)</sup>    | (3.760)       |
| Transferências             | (57.889)      |
| <b>Saldo em 31/12/2024</b> | <b>66.040</b> |

(i) Em 2024 foi implementado um controle de ativos de contrato com o objetivo de determinar qual a forma mais adequada para transferir os custos para ativos intangíveis. Durante a implantação desse controle, foram identificados alguns projetos que já apresentavam prazos longos de captação de custos. Em razão disso, foi solicitada uma análise às áreas técnicas da Companhia para verificar se os custos alocados a esses projetos estavam ou já deveriam estar finalizados. Diante desse cenário, a Companhia decidiu provisionar o montante envolvido até que as análises sejam concluídas.

## 19. Direito de uso

### Política contábil:

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso conforme a data de início do arrendamento, em que o ativo subjacente se torna disponível para utilização. O ativo é inicialmente mensurado pelo custo, que inclui o passivo de arrendamento, custos diretos iniciais, e pagamentos realizados até o início do contrato. Também são considerados os custos para desmontagem, remoção do ativo, e restaurar o local ou ativo conforme as condições do arrendamento, com dedução de incentivos recebidos.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

A depreciação é realizada pelo método linear até o final do prazo do arrendamento, salvo se o arrendamento transferir a propriedade do ativo ou o arrendatário exercer a opção de compra, momento em que a depreciação será baseada na vida útil do ativo subjacente. A Companhia também realiza testes de imparidade e ajusta o valor dos ativos conforme necessário.

|                             | Imóveis        | Veículos     | Impressoras  | Total          |
|-----------------------------|----------------|--------------|--------------|----------------|
| <b>Valor de custo</b>       |                |              |              |                |
| Saldo em 31/12/2022         | 4.514          | 1.491        | 318          | 6.323          |
| Adições                     | 5.258          | 97           | -            | 5.355          |
| Baixas                      | (5.036)        | (1.587)      | -            | (6.623)        |
| <b>Saldo em 31/12/2023</b>  | <b>4.737</b>   | <b>-</b>     | <b>318</b>   | <b>5.055</b>   |
| Adições                     | -              | 2.269        | -            | 2.269          |
| Reajustes contratuais       | 409            | 305          | 34           | 747            |
| <b>Saldo em 31/12/2024</b>  | <b>5.146</b>   | <b>2.574</b> | <b>352</b>   | <b>8.071</b>   |
| <b>Valor de amortização</b> |                |              |              |                |
| Saldo em 31/12/2022         | (894)          | (984)        | (16)         | (1.894)        |
| Adições                     | (869)          | (603)        | (64)         | (1.536)        |
| Baixas                      | 1.378          | 1.587        | -            | 2.965          |
| <b>Saldo em 31/12/2023</b>  | <b>(385)</b>   | <b>-</b>     | <b>(80)</b>  | <b>(465)</b>   |
| Adições                     | (670)          | (739)        | (69)         | (1.479)        |
| Baixas                      | -              | -            | -            | -              |
| <b>Saldo em 31/12/2024</b>  | <b>(1.055)</b> | <b>(739)</b> | <b>(149)</b> | <b>(1.944)</b> |
| <b>Saldo em 31/12/2023</b>  | <b>4.352</b>   | <b>-</b>     | <b>238</b>   | <b>4.590</b>   |
| <b>Saldo em 31/12/2024</b>  | <b>4.091</b>   | <b>1.835</b> | <b>202</b>   | <b>6.128</b>   |

## 20. Redução ao valor recuperável

### Política contábil:

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas ao negócio, utilizando informações disponíveis no mercado e desempenho anterior. Fluxos de caixa descontados foram elaborados ao longo de um período de cinco anos e perpetuados sem considerar uma taxa de crescimento real.

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de impairment para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado.

As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado, estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto são utilizadas em nossa avaliação de redução ao valor recuperável de ativos na data do balanço. Nenhuma mudança razoavelmente plausível em uma premissa chave causaria prejuízo.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são testados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda e seu valor em uso.

Quando aplicável, a Administração utiliza para determinação do valor recuperável o método do valor em uso, que tem como base a projeção dos fluxos de caixa descontados esperados das Unidades Geradoras de Caixa - UGCs determinados pela Administração, com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas às UGCs, utilizando-se de informações disponíveis no mercado e desempenhos anteriores.

Como resultado dos testes anuais, a Companhia concluiu que para o exercício de 31 de dezembro de 2024 não há necessidade de registro de provisão de *impairment*.

## 21. Debêntures

### Política contábil:

As debêntures são classificadas como passivos financeiros, devendo ser reconhecidas inicialmente pelo valor justo, que corresponde ao valor de emissão, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à transação. Posteriormente, as debêntures devem ser mensuradas pelo valor amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Em janeiro de 2024, a Companhia emitiu a debênture NETA11, com vencimento previsto para janeiro de 2027. Trata-se de uma debênture simples, sem garantias reais e não conversível em ações.

Foram emitidas 70.000 debêntures, cada uma com valor nominal unitário definido no momento da emissão. A remuneração corresponde a uma taxa de juros de 1,55% ao ano, acrescida da variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI de um dia. Os juros são pagos semestralmente, com o primeiro pagamento realizado em julho de 2024.

Os recursos captados com a emissão da NETA11 foram destinados a usos gerais corporativos da Companhia.

Abaixo os detalhes dessa operação:

| Movimentação das debêntures | 31/12/2024      | Apropriação custos de captação da dívida | Pagamento principal | Juros Provisionados | Juros Pagos  | 31/12/2023 |
|-----------------------------|-----------------|------------------------------------------|---------------------|---------------------|--------------|------------|
| Banco do Bradesco           | (73.839)        | (70.000)                                 | -                   | (7.709)             | 3.870        | -          |
| Custos de captação          | 356             | 356                                      | -                   | -                   | -            | -          |
| <b>Total</b>                | <b>(73.484)</b> | <b>(69.644)</b>                          | <b>-</b>            | <b>(7.709)</b>      | <b>3.870</b> | <b>-</b>   |

Aging da dívida e suas principais características:

| Aging         | 31/12/2024    | 31/12/2023 |
|---------------|---------------|------------|
| Até 12 meses  | 3.669         | -          |
| 13 a 24 meses | 69.815        | -          |
|               | <b>73.484</b> | <b>-</b>   |

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

| NETA11                   | Encargos financeiros |                            | Saldo em<br>31/12/2024 | Saldo em<br>31/12/2023 | Vencimento | Objetivo                 |
|--------------------------|----------------------|----------------------------|------------------------|------------------------|------------|--------------------------|
|                          | Indexador            | Taxa anual de<br>juros (i) |                        |                        |            |                          |
| 1ª emissão - série única | CDI + 1,55%          | 12,30%                     | (73.484)               | -                      | jan/27     | Usos gerais corporativos |

## 22. Passivo de arrendamento

### Política contábil:

A Companhia adota um único modelo de contabilização para todos os arrendamentos no balanço patrimonial, independentemente de sua classificação como financeiro ou operacional.

No contexto dos arrendamentos, como arrendatária, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo arrendado durante o período do arrendamento. Este ativo é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, ajustados para quaisquer custos diretamente atribuíveis à negociação do arrendamento.

Simultaneamente, a Companhia reconhece um passivo de arrendamento, que reflete a obrigação de pagar os valores correspondentes aos pagamentos do arrendamento ao longo do tempo. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados a uma taxa de juros implícita no arrendamento ou, na sua ausência, pela taxa incremental de endividamento da Companhia. Esse passivo é ajustado periodicamente para refletir os pagamentos efetuados e a depreciação do valor do ativo de direito de uso.

A movimentação dos arrendamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi a seguinte:

|                               |              |
|-------------------------------|--------------|
| <b>Saldo em 31/12/2022</b>    | <b>4.599</b> |
| Adições e reajuste contratual | 5.479        |
| Baixas                        | (3.045)      |
| Apropriação de juros          | 447          |
| Amortização de principal      | (1.929)      |
| Pagamento de juros            | (392)        |
| <b>Saldo em 31/12/2023</b>    | <b>5.158</b> |
| Adições e reajuste contratual | 1.939        |
| Apropriação de juros          | 293          |
| Amortização de principal      | (985)        |
| Pagamento de juros            | (293)        |
| <b>Saldo em 31/12/2024</b>    | <b>6.112</b> |
| Circulante                    | 1.928        |
| Não circulante                | 4.184        |
| <b>Total</b>                  | <b>6.112</b> |

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

### 23. Fornecedores

#### Política contábil:

As obrigações com fornecedores representam as dívidas assumidas pela Companhia em decorrência da aquisição de bens ou serviços no curso normal das suas atividades operacionais. Essas obrigações são classificadas como passivos circulantes quando o pagamento é exigido dentro do período de até 12 meses, caso o pagamento seja devido após o prazo de 12 meses, as obrigações são classificadas como passivos não circulantes.

|                                          | 31/12/2024    | 31/12/2023    |
|------------------------------------------|---------------|---------------|
| Fornecedores de gás e transportes de gás | 41.364        | 51.952        |
| Fornecedores de materiais e serviços     | 9.924         | 9.378         |
| <b>Total</b>                             | <b>51.288</b> | <b>61.330</b> |

A Companhia tem celebrado com a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) três contratos de compra e venda de gás natural na modalidade firme inflexível, sendo que um deles possui vigência até dezembro de 2025. Em agosto de 2023, a Companhia celebrou dois novos contratos, igualmente na modalidade firme inflexível, com vigência de janeiro de 2024 a dezembro de 2034 e de janeiro de 2026 a dezembro de 2034, respectivamente.

Ademais, a Companhia tem celebrado um contrato de compra e venda de biometano com a Cocal Energia Ltda., com vigência até dezembro de 2029.

### 24. Imposto de renda e contribuição social

#### Política contábil:

O imposto de renda e a contribuição social, tanto correntes quanto diferidos, são apurados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$240 mil para o imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, a apuração também considera a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, com um limite de 30% do lucro tributável do período.

A despesa com imposto de renda e contribuição social abrange tanto os impostos correntes quanto os diferidos. Esses impostos são reconhecidos no resultado, exceto quando relacionados a itens diretamente contabilizados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### a) Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente refere-se ao valor de imposto a pagar ou a receber, calculado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, e inclui ajustes aos impostos a pagar de exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial, com base na melhor estimativa do valor esperado a ser pago ou recebido, considerando as incertezas sobre a apuração, quando aplicável. A mensuração é realizada com base nas alíquotas tributárias vigentes na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes podem ser compensados, desde que atendam a critérios específicos.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

### b) Imposto de renda e contribuição social diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

### c) Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes, tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

### d) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

## 24.1. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia terminou o exercício com o saldo de R\$3.191 de Imposto de Renda a Recuperar, composto por Saldo Negativo remanescente do exercício de 2023. Ao final do exercício de 2024, não houve nova formação de base negativa de Imposto de Renda e Contribuição Social.

|                                 | 31/12/2024   | 31/12/2023    |
|---------------------------------|--------------|---------------|
| Imposto de renda a recuperar    | 3.191        | 8.430         |
| Contribuição social a recuperar | -            | 2.981         |
| <b>Total</b>                    | <b>3.191</b> | <b>11.410</b> |

|                                                             | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|-------------------------------------------------------------|------------|------------|
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social   | 118.542    | 139.801    |
| Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%) | (40.304)   | (47.532)   |

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

|                                                              |          |          |
|--------------------------------------------------------------|----------|----------|
| <b>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</b>                  |          |          |
| Juros sobre capital próprio                                  | -        | 11.509   |
| Outros                                                       | (236)    | 2.144    |
| Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) | (40.540) | (33.880) |
| Taxa efetiva - %                                             | 34%      | 24%      |

A Companhia não espera a ocorrência de eventos que possam impactar de forma significativa a alíquota efetiva anual além daqueles já divulgados nesse exercício.

## 24.2. Ativos e passivos de imposto de renda diferido:

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou um saldo de diferenças temporárias de R\$124.179 (R\$119.811 em 31 de dezembro de 2023), decorrente das divergências entre o lucro contábil e o lucro tributável. Esses valores podem ser compensados com lucros tributáveis futuros, sem limitação de prazo, conforme a legislação vigente. A realização dos créditos fiscais baseia-se em projeções de resultados futuros, sujeitos a revisões conforme premissas internas e cenários econômicos. Já os créditos tributários diferidos, gerados pela redução ao valor contábil dos direitos de concessão, serão realizados ao longo da vigência do contrato.

O detalhamento do efeito das diferenças temporárias é apresentado a seguir.

|                                                                   | 31/12/2024    | 31/12/2023    |
|-------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|
| <b>Créditos ativos de:</b>                                        |               |               |
| <b>Diferenças temporárias:</b>                                    |               |               |
| Provisão para redução do valor contábil dos direitos de concessão | 5.116         | 4.689         |
| Provisão para demandas judiciais                                  | 14.518        | 13.531        |
| Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas           | 8.174         | 6.840         |
| Provisões diversas                                                | 8.396         | 6.661         |
| Outros <sup>(i)</sup>                                             | 1.272         | 3             |
| <b>Total</b>                                                      | <b>37.476</b> | <b>31.723</b> |
| <b>Créditos passivos de:</b>                                      |               |               |
| Diferenças temporárias                                            |               |               |
| Efeito do AVP do Ativo Intangível e do Ativo Financeiro           | 17.035        | 20.442        |
| PIS e COFINS a recuperar (Provisão)                               | (12.291)      | (11.430)      |
| <b>Total</b>                                                      | <b>4.745</b>  | <b>9.013</b>  |
| <b>Total de tributos diferidos registrados</b>                    | <b>42.221</b> | <b>40.736</b> |
| Diferido ativo                                                    | 42.221        | 40.736        |
| Diferido passivo                                                  | -             | -             |
| <b>Total diferido, líquido</b>                                    | <b>42.221</b> | <b>40.736</b> |

(i) Inclui os ajustes referente ao IFRS 16 e provisões não operacionais como provisão de reclassificação de ativos.

A atualização do CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, vigente desde janeiro de 2023, restringiu o alcance da isenção de reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos mencionada nos parágrafos 15 e 24 da norma. A isenção deixou de ser aplicável às transações que, no momento do reconhecimento inicial, resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis de valores iguais.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
*(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)*

A Companhia avaliou o prazo estimado para a realização de seus créditos tributários diferidos, relacionados a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando projeções de lucros tributáveis dentro do prazo de vigência do contrato de concessão. Essas projeções foram elaboradas com base em premissas econômicas, como inflação, taxas de juros, volumes transportados previstos em suas áreas de atuação e condições de mercado aplicáveis aos serviços oferecidos, sendo todas validadas pela administração.

Com base nesses estudos, a expectativa de realização dos créditos tributários diferidos em 31 de dezembro de 2024 é apresentada conforme segue:

|                 |               |
|-----------------|---------------|
| Dentro de 1 ano | 5.045         |
| 1 a 2 anos      | 12.032        |
| 2 a 3 anos      | 2.999         |
| 3 a 4 anos      | 2.999         |
| 4 a 5 anos      | 2.999         |
| Acima de 5 anos | 16.148        |
| <b>Total</b>    | <b>42.221</b> |

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

**a) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos:**

|                                   | Provisão para<br>redução do valor<br>contábil dos direitos<br>de concessão | Provisão<br>para demandas<br>judiciais | Provisões para<br>créditos de<br>liquidação duvidosa<br>e perdas | Passivo<br>regulatório | Outros       | Efeito do AVP do<br>Ativo Intangível e<br>do Ativo Financeiro | PIS e COFINS a<br>recuperar (Provisão) | Total         |
|-----------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|------------------------------------------------------------------|------------------------|--------------|---------------------------------------------------------------|----------------------------------------|---------------|
| <b>Saldo em 31/12/2022</b>        | <b>4.195</b>                                                               | <b>12.802</b>                          | <b>6.529</b>                                                     | <b>5.626</b>           | <b>671</b>   | <b>23.849</b>                                                 | <b>(10.387)</b>                        | <b>43.284</b> |
| Impacto no resultado do exercício | 494                                                                        | 729                                    | 311                                                              | 1.035                  | (668)        | (3.407)                                                       | (1.042)                                | (2.548)       |
| <b>Saldo em 31/12/2023</b>        | <b>4.689</b>                                                               | <b>13.531</b>                          | <b>6.840</b>                                                     | <b>6.661</b>           | <b>3</b>     | <b>20.442</b>                                                 | <b>(11.430)</b>                        | <b>40.736</b> |
| Impacto no resultado do exercício | 428                                                                        | 987                                    | 1.335                                                            | 1.735                  | 1.269        | (3.407)                                                       | (861)                                  | 1.485         |
| <b>Saldo em 31/12/2024</b>        | <b>5.116</b>                                                               | <b>14.518</b>                          | <b>8.174</b>                                                     | <b>8.396</b>           | <b>1.272</b> | <b>17.035</b>                                                 | <b>(12.291)</b>                        | <b>42.221</b> |

## 25. Provisão para demandas e depósitos judiciais

### Política contábil:

As provisões são contabilizadas quando a Companhia identifica uma obrigação presente decorrente de eventos passados, sendo provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar tal obrigação e desde que o valor da obrigação possa ser mensurado de forma confiável.

A mensuração da probabilidade de perda envolve uma análise criteriosa baseada nas evidências disponíveis no momento, incluindo:

- A hierarquia das leis aplicáveis;
- A jurisprudência existente;
- As decisões judiciais mais recentes e sua relevância no sistema jurídico vigente; e
- Pareceres técnicos de consultores jurídicos externos e internos.

Essas provisões são periodicamente revisadas para refletir as alterações nas circunstâncias, como mudanças em prazos de prescrição, encerramento de processos judiciais ou administrativos, e novas exposições identificadas devido a mudanças na legislação, jurisprudência ou decisões judiciais relevantes.

A Companhia possui passivos contingentes em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 em relação a:

### a. Provisão para demandas judiciais

|                       | 31/12/2024   | 31/12/2023 |
|-----------------------|--------------|------------|
| Cíveis e regulatórias | 12           | 6          |
| Trabalhistas          | 1.876        | 82         |
| <b>Total</b>          | <b>1.887</b> | <b>88</b>  |

### b. Depósitos judiciais

|                       | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|-----------------------|------------|------------|
| Tributárias           | 283        | 259        |
| Cíveis e regulatórias | -          | 6          |
| Trabalhistas          | 121        | 82         |
| <b>Total</b>          | <b>404</b> | <b>265</b> |

**c. Movimentação das provisões para processos judiciais:**

|                                 | <b>Tributárias</b> | <b>Cíveis, regulatórias e ambientais</b> | <b>Trabalhistas</b> | <b>Total</b> |
|---------------------------------|--------------------|------------------------------------------|---------------------|--------------|
| <b>Saldo em 31/12/2022</b>      | <b>98</b>          | <b>7.003</b>                             | <b>-</b>            | <b>7.101</b> |
| Provisionado no exercício       |                    | 8                                        | 104                 | 112          |
| Baixas por reversão / pagamento | (98)               | (7.005)                                  | (23)                | (7.126)      |
| Atualização monetária           |                    | 1                                        |                     | 1            |
| <b>Saldo em 31/12/2023</b>      | <b>-</b>           | <b>7</b>                                 | <b>81</b>           | <b>88</b>    |
| Provisionado no exercício       | -                  | 3                                        | 1.656               | 1.659        |
| Baixas por reversão / pagamento | -                  | (3)                                      | (273)               | (276)        |
| Atualização monetária           | -                  | 6                                        | 411                 | 417          |
| <b>Saldo em 31/12/2024</b>      | <b>-</b>           | <b>13</b>                                | <b>1.875</b>        | <b>1.887</b> |

**d. Perdas possíveis**

|                       | <b>31/12/2024</b> | <b>31/12/2023</b> |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Cíveis e regulatórias | 24.484            | 20.428            |
| Trabalhistas          | 3.936             | 10.036            |
| Tributárias           | 339               | 331               |
| <b>Total</b>          | <b>28.759</b>     | <b>30.795</b>     |

Os processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

**Cíveis:** A Companhia figura como parte em ações de natureza cível classificadas pela administração como de risco de perda possível, conforme avaliação realizada em conjunto com seus consultores jurídicos.

**Trabalhistas:** Os processos trabalhistas em curso referem-se a pleitos relacionados a diversas reclamações, incluindo, principalmente, o pagamento de horas extras e seus respectivos reflexos, entre outras demandas. Esses casos estão sendo acompanhados de forma diligente pela administração, com suporte dos consultores jurídicos da Companhia.

**Tributárias:** As principais ações tributárias em que a Companhia está envolvida, classificadas como de risco de perda possível, não exigem constituição de provisão. Essas demandas estão detalhadas abaixo, incluindo suas características e possíveis impactos, com base na avaliação contínua da administração e dos consultores jurídicos especializados.

|                                                   | <b>31/12/2024</b> | <b>31/12/2023</b> |
|---------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| PIS e COFINS - Possível tributário <sup>(i)</sup> | 339               | 329               |
| Outros                                            | -                 | 2                 |
| <b>Total</b>                                      | <b>339</b>        | <b>331</b>        |

(i) Trata de execução fiscal proposta pela Fazenda Nacional objetivando pagamento oriundo de processo administrativo. Os valores cobrados estão sendo objetos de Ação Anulatória em trâmite.

As contingências tributárias correspondem a autuações fiscais no âmbito federal, as quais foram avaliadas pelos consultores jurídicos e pela Administração como sendo de perda possível.

## e. Contingências ativas

### 3ª Revisão Tarifária Ordinária

O processamento da 3ª Revisão Tarifária Ordinária da Companhia era previsto contratualmente para ter ocorrido até dezembro de 2014, porém, permaneceu inconcluso até dezembro de 2020 em função de diversos questionamentos havidos ao longo de sua implementação.

Em 08 de dezembro de 2020, a ARSESP, através da Deliberação nº 1.082, deliberou pela aprovação do resultado da 3ª Revisão Tarifária Ordinária da Necta, estabelecendo, para fins de compensação não tarifária à Companhia, o valor de R\$33.660, em moeda de novembro de 2019. O montante ora apontado se refere a diferença entre a receita teto auferida e a receita requerida do 4º ciclo tarifário, calculada conforme parâmetros regulatórios estabelecidos pela ARSESP.

Conforme estabelecido pela nota técnica NT.F-0068-2020, emitida pela ARSESP, a Companhia faz jus a recuperação desse valor corrigido monetariamente pelo IGP-M e capitalizado pela taxa Selic até a data de sua compensação, que deverá ser definida futuramente. O valor indicado na deliberação não foi reconhecido nestas demonstrações financeiras por ter sua realização condicionada a manifestação do órgão regulador estadual, não se qualificando, portanto, como um ativo a ser reconhecido.

## 26. Patrimônio líquido

### Política contábil:

- **Capital Social**

As ações ordinárias da Companhia são classificadas no patrimônio líquido. A estrutura de capital social é composta exclusivamente por ações ordinárias, não havendo emissão de ações preferenciais.

- **Reserva Legal**

De acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), a reserva legal é constituída mediante a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social integralizado. A finalidade da reserva legal é preservar a integridade do capital social, garantindo maior segurança ao patrimônio da Companhia.

Essa reserva somente pode ser utilizada para dois propósitos específicos: compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital social, sempre respeitando os limites e condições estabelecidos pela legislação societária.

- **Dividendos**

Conforme disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, o estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, após a constituição das reservas legais e outras movimentações patrimoniais previstas.

Os valores relacionados a dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e eventuais excessos nas reservas de lucro (em conformidade com o limite estabelecido pelo artigo 199 da Lei nº 6.404/76) serão deliberados na próxima Assembleia Geral Ordinária (AGO), respeitando as disposições estatutárias e legais.

#### a) Capital social

O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 462.481, integralmente realizado, representado por ações ordinárias nominativas. Atualmente, a totalidade desse capital social (100%) é de titularidade da Commit Gás S.A.

#### b) Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, incluindo os juros sobre o capital próprio como parte dessa composição.

Conforme disposto no artigo 31 do estatuto social, em 18 de dezembro de 2024, durante a reunião nº 202, o Conselho de Administração deliberou sobre a distribuição de dividendos intercalares, com base no lucro apurado até novembro de 2024.

#### c) Movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:

|                                                           |               |
|-----------------------------------------------------------|---------------|
| <b>Saldo em 31/12/2022</b>                                | <b>368</b>    |
| Dividendos deliberados do exercício                       | 99.621        |
| Juros sobre capital próprio proposto                      | 33.849        |
| Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto | (5.078)       |
| Dividendos e juros sobre capital próprio pagos            | (50.178)      |
| <b>Saldo em 31/12/2023</b>                                | <b>78.582</b> |
| Dividendos deliberados do exercício                       | 99.377        |
| Juros sobre capital próprio proposto                      | -             |
| Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto | -             |
| Dividendos e juros sobre capital próprio pagos            | (177.959)     |
| <b>Saldo em 31/12/2024</b>                                | <b>-</b>      |

#### d) Destinação do lucro líquido do exercício

As destinações que ocorreram na Companhia estão demonstradas abaixo:

|                                                                  | <b>31/12/2024</b> | <b>31/12/2023</b> |
|------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Resultado do exercício                                           | 78.002            | 105.921           |
| Constituição da reserva legal – 5%                               | 3.900             | 5.296             |
| <b>Base de cálculo para distribuição de dividendos</b>           | <b>74.102</b>     | <b>100.625</b>    |
| Dividendos mínimos obrigatórios – 25%                            | -                 | -                 |
| Dividendos intercalares e juros sobre capital próprio declarados | (32.599)          | (33.848)          |
| <b>Total do lucro do exercício a destinar</b>                    | <b>41.503</b>     | <b>66.777</b>     |

Caberá à próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício.

## 27. Receita operacional líquida

### Política contábil:

A Companhia reconhece receitas das seguintes fontes principais:

#### i. Receita faturada

A receita proveniente da distribuição de gás canalizado é reconhecida quando o controle do bem fornecido (gás) é transferido ao cliente, ou seja, quando os volumes de gás são efetivamente entregues, conforme medição realizada mensalmente.

#### ii. Receita não faturada

A receita de gás não faturada refere-se ao volume de gás já fornecido aos clientes, mas que ainda não foi medido ou faturado até o encerramento do período contábil. O valor é estimado com base no intervalo entre a última medição e o final do período, utilizando critérios históricos e técnicas de projeção. Apesar de eventuais diferenças entre o valor estimado e o valor faturado real, a Companhia considera que tais variações são insignificantes, assegurando a confiabilidade e relevância da informação contábil.

#### iii. Receita de construção em concessão

Conforme as diretrizes do ICPC 01 (R1), os investimentos realizados na construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás canalizado, registrados como ativo intangível, são reconhecidos como receita no momento da prestação do serviço ao Poder Concedente. O valor da receita corresponde exatamente ao valor do investimento, sem margem de lucro, refletindo a prestação de serviços de construção dentro do modelo de concessão. A contabilização ocorre quando a infraestrutura entra em operação.

#### iv. Receita de prestação de serviços

As receitas provenientes da prestação de serviços incluem taxas de serviços acessórios e correlatos ao sistema de distribuição de gás. O reconhecimento dessas receitas ocorre quando:

- O valor da receita pode ser mensurado de forma confiável;
- É provável que os benefícios econômicos fluam para a Companhia;
- O estágio de conclusão do serviço no final do período pode ser mensurado adequadamente;
- Os valores das receitas e os custos relacionados são determinados com segurança.

A seguir, é apresentada a composição da receita da Companhia no exercício:

|                                         | 31/12/2024     | 31/12/2023                     |                 |                 |
|-----------------------------------------|----------------|--------------------------------|-----------------|-----------------|
|                                         |                | (Originalmente<br>apresentado) | Reclassificação | (Representação) |
| Receita bruta na distribuição de gás    | 1.019.741      | 1.190.332                      | 8.379           | 1.198.711       |
| Receita bruta na prestação de serviços  | 92             | 30                             | (0)             | 30              |
| Receita de construção                   | 43.133         | 68.366                         | (0)             | 68.366          |
| Impostos sobre vendas e outras deduções | (229.667)      | (251.530)                      | (23.540)        | (275.070)       |
| <b>Receita operacional líquida</b>      | <b>833.300</b> | <b>1.007.198</b>               | <b>(15.161)</b> | <b>992.037</b>  |

## 28. Custos e despesas por natureza

### Política contábil:

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados, inclui o custo das aquisições de gás e transporte, líquido de impostos, gastos de pessoal, depreciação e amortização de ativos, custos de construção e materiais e serviços.

Os custos e despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza é a seguinte:

|                                                      | 31/12/2024       | 31/12/2023                  |                 |                  |
|------------------------------------------------------|------------------|-----------------------------|-----------------|------------------|
|                                                      |                  | (Originalmente apresentado) | Reclassificação | (Representação)  |
| Custo do gás e transporte                            | (575.728)        | (721.592)                   | 15.161          | (706.430)        |
| Custo de construção                                  | (43.133)         | (68.366)                    | -               | (68.366)         |
| Depreciação e amortização                            | (25.442)         | (23.150)                    | -               | (23.150)         |
| Materiais e serviços                                 | (26.569)         | (27.886)                    | -               | (27.886)         |
| Gastos com pessoal                                   | (36.157)         | (34.436)                    | -               | (34.436)         |
| Outras despesas                                      | (19.688)         | (15.322)                    | -               | (15.322)         |
|                                                      | <b>(726.717)</b> | <b>(890.752)</b>            | <b>15.161</b>   | <b>(875.590)</b> |
| Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados | (666.065)        | (834.383)                   | 15.161          | (819.221)        |
| Despesas com vendas                                  | (16.192)         | (17.900)                    | -               | (17.900)         |
| Gerais e administrativas                             | (44.460)         | (38.469)                    | -               | (38.469)         |
|                                                      | <b>(726.717)</b> | <b>(890.752)</b>            | <b>15.161</b>   | <b>(875.590)</b> |

## 29. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

|                                                                                   | 31/12/2024    | 31/12/2023    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|
| Receitas - multas contratuais                                                     | 5.450         | 13.617        |
| Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado, intangível e investimento | (164)         | (1.557)       |
| Efeito líquido das demandas judiciais                                             | (5.559)       | (115)         |
| Provisões regulatórias                                                            | -             | (1.383)       |
| Outros <sup>(i)</sup>                                                             | 10.375        | (14)          |
|                                                                                   | <b>10.102</b> | <b>10.548</b> |

(i) Em dezembro de 2024 foi firmado entre a Companhia e a Petrobrás um Termo de Encerramento de Pendências, no valor de R\$ 10.368, com o objetivo de regularizar ajustes financeiros relativos à tributação sobre a compra e venda de gás natural.

## 30. Resultado financeiro líquido

### Política contábil:

As receitas financeiras incluem:

- Receitas de Juros sobre Aplicações Financeiras que considera a taxa efetiva de retorno ao longo do período de vida do instrumento financeiro, incluindo custos de transação diretamente atribuíveis à operação.
- Ajustes de Desconto a Valor Presente de Ativos Financeiros que estão relacionados à atualização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

- Juros Recebidos de Clientes que correspondem aos valores de juros incidentes sobre recebíveis ou outros créditos operacionais, reconhecidos no resultado com base no regime de competência.

As despesas financeiras abrangem:

- Atualização Monetária de Ativos e Passivos Setoriais conforme o Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado, a atualização monetária é calculada com base em índices de preços ou taxas de juros aplicáveis a ativos e passivos regulatórios.
- Encargos e Custos com Financiamentos que incluem despesas com juros, taxas bancárias, encargos sobre financiamentos e outros passivos financeiros. Esses valores são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

|                                                   | 31/12/2024      | 31/12/2023     |
|---------------------------------------------------|-----------------|----------------|
| Ajuste a valor presente arrendamento              | (1.273)         | (447)          |
| Taxas e tarifas bancárias                         | (219)           | (242)          |
| Despesas com Juros sobre Empréstimos e Debêntures | (7.902)         | -              |
| Outras despesas financeiras                       | (749)           | (833)          |
|                                                   | <b>(10.143)</b> | <b>(1.522)</b> |
| Rendimento de aplicação financeira                | 9.629           | 14.025         |
| Remuneração sobre os outros ativos financeiros    | 201             | 242            |
| Outras receitas financeiras                       | 1.967           | 2.769          |
|                                                   | <b>11.797</b>   | <b>17.036</b>  |
| Atualização dos ativos e passivos setoriais       | (2.333)         | (5.769)        |
| Atualização dos indêbitos de PIS e COFINS         | 2.536           | 3.065          |
| Outras atualizações                               | -               | (3)            |
|                                                   | <b>203</b>      | <b>(2.707)</b> |
| <b>Resultado financeiro, líquido</b>              | <b>1.857</b>    | <b>12.807</b>  |
| <b>Reconciliação</b>                              |                 |                |
| Despesas financeiras                              | (10.143)        | (1.522)        |
| Receitas financeiras                              | 11.797          | 17.036         |
| Variações monetárias e cambiais, líquidas         | 203             | (2.707)        |
| <b>Resultado financeiro, líquido</b>              | <b>1.857</b>    | <b>12.807</b>  |

## 31. Eventos subsequentes

A Companhia não identificou nenhum evento subsequente até a data de aprovação das demonstrações financeiras.